

**História da Alfabetização no Brasil: retrocessos da atual PNA e programa “Tempo de aprender”
(MEC/Sealf/2020) Deyse Cristina Sousa Silva (IC), Kamila da Silva Gonçalves (IC), Profa. Dra. Suzana
Lopes de Albuquerque (PQ)**

PIBIC-EM/PIBIC/PIBITI
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS/
CAMPUS GOIÂNIA OESTE/ LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – PIBIC
suzana.albuquerque@ifg.edu.br

Palavras-Chave: Alfabetização; Letramento; Literacia; Tempo de Aprender

Introdução

O presente estudo tratou da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) e do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020), ambos idealizados pela recém criada Sealf (Secretaria de Alfabetização) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A PNA (BRASIL, 2019) e o programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) têm por objetivo cumprir a meta número 5 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a qual visa alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. O presente projeto possibilitou uma análise histórica do processo de alfabetização para aprofundar sobre os distanciamentos desta PNA com a proposta do Letramento, que, inclusive comparecem na atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Metodologia

A pesquisa ocorreu a partir de análise documental e bibliográfica, tendo como principal objetivo analisar e compreender os efeitos da Alfabetização, a qual tem sido amparada pela PNA no contexto atual. Além dos documentos oficiais, o estudo contemplou o programa Tempo de Aprender, idealizado pelo Governo Federal, a partir de uma análise bibliográfica em livros e artigos que fundamentou teoricamente o tema proposto. Para tal, fundamentou-se em referencial teórico autores como Albuquerque e Boto (2018, 2021) Magda Soares (2004, 2009, 2020a, 2020b), Mortatti (2008, 2019, 2021), dentre outros.

Resultados e Discussão

Este estudo possibilitou uma resposta à indagação do tema aqui proposto, como entender mais sobre a Alfabetização e suas divergências com as determinações dos parâmetros do Letramento na BNCC. Ao anunciar uma correção da rota das políticas públicas de alfabetização no país, o programa remonta ao modelo imperial da base do português Antônio Feliciano de Castilho que, em 1855, propagandeou na corte brasileira o método

fônico com a saída para o mal do analfabetismo. Conhecer e ser partícipe do registro historiográfico sobre o processo de alfabetização no Brasil permite compreender que essas querelas imperiais, que retornam sob novas roupagens, limitam as políticas públicas às discussões sobre marcha sintética e fonética, desconsiderando as múltiplas facetas que envolvem o processo de alfabetização, bem como os sujeitos envolvidos.

Conclusões

A partir dessas evidências, conclui-se que foi presenciado, no contexto da PNA e do programa Tempo de Aprender, o reducionismo da alfabetização e letramento à mecânica da decodificação e codificação de palavras para posterior compreensão de textos, considerando a aprendizagem das relações fonemas-grafemas como ponto de partida e a compreensão dos textos como ponto de chegada, além de desconsiderar o uso social da leitura e da escrita em práticas reais que façam parte do contexto de vida dos educandos. Não basta apenas decodificar e codificar palavras, é necessário que haja integração entre as três facetas que compõem o processo de aprendizagem da língua escrita (linguística, interativa e sociocultural), que, somadas, comporão “o todo que é o produto desse processo: alfabetização e letramento.” (SOARES, 2020a, p. 33).

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro: Antônio Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Mortatti, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização: São Paulo, 1876-1994. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, 2004.